



# A medicina em história

## Medicina Babilônica

A Babilônia, uma terra fértil entre os rios Tigre e Eufrates (actualmente correspondente ao Iraque), constituída por um conjunto de pequenos estados, compreendendo uma cidade e o território vizinho, era povoada por cidadãos ricos e cultos. Durante o reinado do rei Hammurabi, a Babilônia era já uma das cidades mais ricas na história. A vegetação florescia graças a um sistema de irrigação interligado de canais e a agricultura dominava. Os babilônios para além de se vestirem bem, habitualmente tomavam de banhos com diversos sabões, usavam perfumes, aplicavam depilatórios e pintavam os seus cabelos cinzentos com extractos de tintas vegetais. Usando tijolos da lama e da argila, construíram grandes moradias com lindíssimos jardins suspensos, onde era possível encontrar-se belos trabalhos em cerâmica, em telha, esmaltes, mosaicos, pinturas e esculturas. Servindo-se da escrita cuneiforme inventada pelos sumérios, gravaram uma um vasto conjunto de transações comerciais e de informação intelectual em placas resistentes de argila. Uma grande parcela da população era literata e havia bibliotecas que continham trabalhos sobre astronomia, botânica, química, geologia, matemática e medicina. As escolas funcionavam sobretudo nos templos, incluindo a formação especializada de astrónomos, engenheiros, juizes, médicos e padres.

É precisamente neste enquadramento que, há mais de 4.000 anos, no alvorecer desta civilização, pela primeira vez foi estabelecida uma regulamentação da prestação de cuidados de saúde (Edwards, 1921).

### Código hammurabi

Os conceitos relativos aos cuidados de saúde foram inscritos nas compilações da tábua de argila por Urukagina de Lagash (2400 a.C.), Eshnunna (2100 a.C.) e Lipit Ishtar de Isin (1800 a.C.) (Gadd, 1965).

Essas inscrições relativas ao desejo de bem-estar referem-se, com frequência, a súplicas divinas: “Shamash e Marduk dá-me saúde”. Durante a idade dourada do rei Hammurabi (algures entre o século 17 e 21 a.C.), ele adaptou as prerrogativas sobre os cuidados de saúde exarados nestes códigos e documentou um conjunto de normas que visavam regulamentar esses cuidados na pedra conhecida como Código Hammurabi. Foram exarados preceitos relativos ao pagamento dos cuidados de saúde, baseados numa escala de acordo com as possibilidades económicas de cada um, à qualidade desses mesmos serviços, à observação e registo dos dados para futura avaliação. Também foi legislada pela 1ª vez na história da medicina as normas relativas ao mau exercício da medicina (só cerca de 3000 anos depois foi dada uma definição do mau exercício da medicina baseada em normas legais no “Carolina”) (Wagner, 1981).

### Sociedade babilônica

A sociedade babilônica dividia-se em três classes sociais: awelum, mushkenum, e wardum. A Awelum compreendia a classe superior de aristocratas, homens de negócios, senhores feudais, homens livres, grandes latifundiários, líderes militares, oficiais do palácio, profissionais e padres do templo. A Mushkenum compreendia a classe média de homens livres que poderiam ser pobres ou ricos, de pessoas comuns que possuíam propriedades pequenas, rendeiros, artesãos, comerciantes, empregados e mesmo antigos escravos. A Wardum era constituída por escravos de ambos os sexos. Apesar desta clara divisão social, o acesso aos cuidados de saúde não impunha restrições.



## Medicina na babilônia: o castigo dos deuses

O conceito de doença estava baseado na crença segundo a qual forças metafísicas estranhas, tais como demónios, espíritos do mal, espíritos dos mortos ou a indignação dos deuses, provocavam as diferentes doenças. As pessoas ficavam doentes porque cometiam pecados ou porque eram vítimas de agentes exteriores tais como o frio, a poeira ou o mau cheiro. Ashakku era o demónio do consumo, Irra o espírito do peste, Alu causava cegueira, Nergal provocava febre e Tiu dores de cabeça, enquanto que Namtar era o espírito maligno responsável pela praga. Com este tipo de crenças não é de surpreender que a medicina apresentasse um carácter mágico-religioso, sendo por isso dominada por sacerdotes e com três tipos de agentes de cura: advinhos, exorcistas e médicos.

Os advinhos (Baru), essencialmente especialistas de medicina interna, interpretavam presságios e ditavam profecias quanto ao curso da doença. Desde os Semitas que se instalou a crença segundo a qual o fígado era a sede da alma e o centro da vitalidade; por isso os Barus praticavam a hepatoscopia em animais (Driver e Miles, 1955). Um doente respirava para as narinas de uma ovelha, o animal era sacrificado e o Barus comparava um modelo conciso codificado em argila com o fígado da ovelha, para assim fazer o diagnóstico (Durant, 1942).

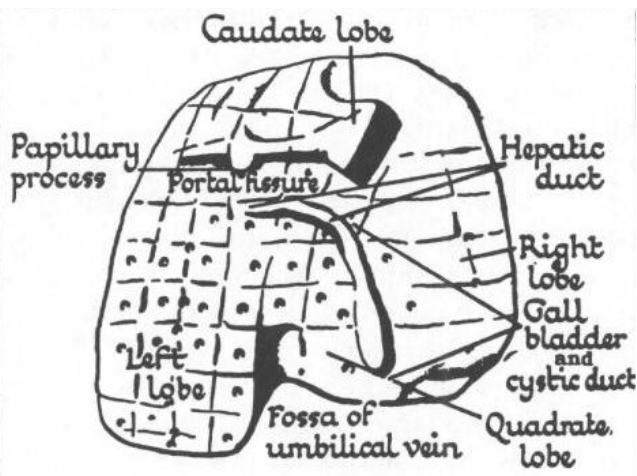


Figura 1. Modelo em argila de um fígado de carneiro usado para a adivinhação (Adaptado de Leix, 1940).

Os exorcistas (Ashipu) inquiriam acerca da natureza da ofensa aos deuses. Após descobrirem a transgressão os Ashipu extraíam os espíritos maus causadores da doença através de preces, encantamentos, ladainhas, sacrificios e rituais suplicando aos deuses pela cura.

Os médicos (Azu) formavam-se em escolas associadas a templos e administradas por sacerdotes. Aprendiam a partir dos registos inscritos em tabuinhas de argila e a partir da experiência (Lyons e Petrucelli, 1978). Um Azu não descobria a doença a partir do exame físico, mas antes ouvindo as queixas do doente. Muitas centenas de tabuinhas de argila continham descrições de patologias tais como abscessos, apoplexia, cólicas, obstipação, tosse, febre, perturbações da vesicular, doenças cardiovasculares, etc. Quarenta tabuinhas referiam-se à interpretação dos sonhos e ao evitamento de pesadelos (Margotta, 1968). Após estabelecer o diagnóstico o Azu prescrevia medicação, intervinha cirurgicamente e reduzia fracturas. Eram usadas mais de 250 plantas medicinais, 120 substâncias minerais e 180 outras drogas em combinação com bebidas alcoólicas, caldos, gorduras, mel, leite, óleos e partes e produtos de animais. As prescrições podiam ser administradas por enemas, laxativos, loções, unguentos, pilulas, pós, supositórios, etc. Os documentos não são muito esclarecedores quanto à eficácia dos medicamentos utilizados. Geralmente, as tabuinhas apenas fornecem os sintomas da doença, com ou sem o respectivo nome e, no máximo, o tratamento prescrito. Por exemplo: "Se um a pessoa comer e ficar saturado, e se, em seguida, tiver dores de estômago e as vísceras inflamadas, e sofrer de cólicas, esta moléstia chama-se museniku." Ou então: "Se com o decorrer do tempo se verificarem contracções nos músculos, náuseas, então tome-se..." e segue a receita.

Apesar da comparativa pobreza de conhecimentos em relação ao médico egípcio, o médico-sacerdote da Babilónia desfrutava de um "status" muito superior no que se refere ao prestígio e posição social. Mesmo os trajes do cirurgião eram luxuosos e na sua caixa de instrumentos figuravam iniciais artisticamente trabalhadas. Quando os Azus estavam habilitados a praticar medicina, criavam os seus próprios logotipos com inscrições tais como: "O Edinmagi, Servo do deus Girra, que ajuda as mães na infância, UrLugaedina o médico é o seu servo" (Leix, 1940). (Figura 2).



Figura 2. Logotipo de um médico Babilónico com reverência aos deuses e um auto-retrato. Alguns símbolos podem representar os bisturis em bronze e agulhas usadas pelo médico (Adaptado de Leix, 1940).



Para além destes agentes de cura, são também mencionados no Código, os veterinários e os barbeiros. Os barbeiros (gallabu) praticavam não só cirurgia plástica, já que eram eles que marcavam os escravos ou removiam as sua braceletes, como também praticavam actos de cirurgia dentária.

Vemos, portanto, que a medicina babilónica apresentava uma concepção religiosa básica segundo a qual as doenças, de um modo geral, exprimiam o castigo dos deuses, e em particular do deus Somas, que presidia à Justiça. Esta crença não é muito surpreendente, se se considerar que durante muito tempo uma ideia semelhante foi adoptada, oficialmente, pelos cristãos, muitos séculos depois.

No que se refere especialmente a algumas doenças do sistema nervoso, nomeadamente a epilepsia, os médicos babilónios presumiam que no início de um ataque epilético o doente era possuído por um demónio (o Akkadic, isto é, o verbo babilónico “sibtu” que designa epilepsia, tinha o significado de “tremar” ou “estar obcecado”); no fim da fase clónica o demónio abandonava o corpo. Diferentes demónios seriam responsáveis por diferentes formas de epilepsia tais como as formas nocturnas ou as formas infantis, as ausências epiléticas, automatismos simples e complexos, etc. Isto denota claramente que os médicos babilónios para além de procederem às primeiras classificações da epilepsia, conheciam muito bem o quadro clínico (sintomas prodrómicos e a aura, a epilepsia jacksoniana e a paralisia de Todd), os fenómenos pós-ictais e a instabilidade emocional inter-crítica. Os factores desencadeantes eram também conhecidos (privação do sono, emoções e o álcool – muito embora num sentido negativo, enquanto cura para a doença) (Jankovic et al., 1996).

Embora muitas vezes os médicos babilónicos recorressem a fármacos nunca omitiam o ingrediente místico do medicamento. O doente não poderia pensar, portanto, que estava a ser curado pelas propriedades medicinais das ervas e das outras substancias empregadas no preparo de remédios. O remédio era apenas um agente do poder divino, que só o sacerdote podia aplicar na cura do mal.

J.M.T.

## BIBLIOGRAFIA

- Driver, G. e Miles, J. (1955). *The Babylonian Laws*. Vol 2. London: Oxford University Press.
- Durant, W. (1942). *The Story of Civilization*. Vol. 1. New York: Simon & Schuster.
- Edwards, C. (1921). *The Hammurabi Code and the Sinaitic Legislation*. London: Watts & Co..
- Gadd, C. (1965). *Hammurabi and the End of His Dynasty*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jankovic, S., Sokic, D., Levic, Z., Susic, V., Drulovic, J., Stojsavljevic, N., Veskov, R. e Ivanus, J. (1996). [Eponyms and epilepsy (history of Eastern civilizations)]. *Srp Arh Celok Lek*; 124 (7-8): 217-21.

Leix, A. (1940). *Medicine and the intellectual life of Babylonia*. *Ciba Symposia*; 2:663-674.

Lyons, A. e Petrucelli, R. (1978). *Medicine. An Illustrated History*. New York: Harry N. Abrams, Inc..

Margotta, R. (1968). *The Story of Medicine*. New York: Golden Press.

Wagner, H. (1981). [Historical development of medical malpractice (tradução do autor)]. *Z Rechtsmed*; 86(4): 303-6.

